

É hora de abertura econômica

Rodolpho Bertola

MUDANÇAS já, pregava Tancredo Neves. E mudanças já é o que precisamos na área econômica.

Somos a oitava economia do mundo ocidental e a maior do hemisfério sul. A frase já virou até lugar comum. Há muitos anos nossa pauta de exportações conta com mais produtos industrializados do que matérias-primas. Vendemos máquinas e equipamentos sofisticados para os Estados Unidos e Europa. Projetamos e construímos indústrias, ferrovias, rodovias, hidrelétricas, sistemas de tratamento de águas e esgotos e outras obras nos cinco continentes. Estamos crescendo há dois anos e, em que pesem as permanentes incertezas do Governo, vamos continuar expandindo a economia neste e nos próximos anos. Fizemos a abertura política sem guerras ou revoluções, mostrando que somos um país adulto.

Apesar de tudo isso, continuamos a nos comportar como se fôssemos uma nação de segunda classe. Importantes lideranças políticas gritam contra o FMI como se este fosse um "espírito das trevas" e nós uma tribo primitiva. Os investidores estrangeiros são tratados como se temêssemos que eles viessem se propor a trocar espelhinhos por nossas riquezas. Aumentamos continuamente o controle do governo sobre as atividades econômicas, como se precisássemos de tutela.

É hora de dar um basta a essa situação. O país não resiste a ser tutelado e governado como se estivéssemos 30 anos atrás. Precisamos nos portar como uma nação moderna, ciente de seu potencial e de suas limitações.

É hora da abertura econômica.

Não adiantam discussões teóricas. São necessárias medidas práticas para que o país possa respirar economicamente e continuar avançando, com mais velocidade. A primeira, a mais fácil delas, é a reestruturação das empresas do Estado, onde é mais importante a transparência do que a venda do controle. Uma simples lei permitiria resolver mais da metade do chamado problema das estatais: "O Estado só participará acionariamente — majoritariamente ou minoritariamente — de empresas de capital aberto." Com um curto prazo para transformar as chamadas empresas não produtivas em autarquias ou fundações e abrir o capital das demais. Teremos então cerca de 200 ou 300 novas empresas de capital aberto no país, controladas pelos mecanismos do mercado acionário, com suas decisões sobre investimentos, captação de recursos, dividendos, etc. abertos à informação pública.

É claro que, para viabilizar a venda de ações dessas empresas ao mercado, é necessário reduzir a carga tributária da classe média e promover uma ampla anistia fiscal e tributária, para possibilitar o retorno de capitais ocultos aos mecanismos normais.

Uma medida simples seria trocar as devoluções futuras do imposto de renda por ações de empresas estatais. Voluntariamente.

Proposta idêntica pode ser feita a outros credores do estado, por serviços, desapropriações, etc.

Um segundo passo, também muito simples, é determinar que as principais empresas sob controle do Estado adequem suas normas contábeis e financeiras às determinações SEC (a CVM dos EUA) americanas e passem a divulgar seus resultados no exterior, de acordo com esse critério. Com isso, elas podem ter suas ações negociadas nas bolsas de todo o mundo. Podem ser apenas ações preferenciais, não alterando o controle de gestão, mas aumentando de qualquer modo a transparência internacional.

O presidente da Petrobrás, com seu tirocínio administrativo e empresarial, já percebeu que é preciso internacionalizar a empresa — que consta há anos nas listas das 100 maiores do mundo. Por ora está tomando iniciativas para internacionalizar

sua atuação, para possibilitar uma competição de igual para igual com as grandes do petróleo em todos os países do mundo. Temos know-how, somos competentes, por que não competir lá fora? Mas isso não basta. Temos que ter as ações da Petrobrás, do Banco do Brasil, da Braspetro, da BR, da Petroquisa, da Siderbrás, da Eletrobrás, etc., negociadas nas bolsas de Nova Iorque, de Londres, de Frankfurt, etc. Se as estatais derem início a esse processo, muitas empresas privadas seguirão o mesmo caminho.

Qual a vantagem? Vamos com isso nos tornando uma economia de Primeiro Mundo, aberta, adulta, competitiva. O custo de novos financiamentos externos vai cair. A facilidade de obtê-los vai aumentar. Teremos acionistas de nossas empresas defendendo nossos interesses nos principais países do mundo. Podemos paralelamente exigir que toda empresa de capital estrangeiro no Brasil abra seu capital, o que dará um controle sobre elas muito mais efetivo do que o atual.

O professor Ignacio Rangel tem mostrado de maneira muito clara, em seus artigos, que o grande campo de investimentos no país são os serviços públicos, hoje cada vez menos eficientes e necessitando de volumosos recursos. Se o Estado desviar os recursos que deveriam servir para educação e saúde das populações carentes para esses serviços, a marginalidade social aumenta. Abrindo nossa economia, vamos possibilitar que as companhias telefônicas, elétricas, portuárias, etc. passem a atuar como empresas privadas, deixando de retirar seus recursos dos impostos e passando a obtê-los com o investimento de pessoas físicas e jurídicas, no país e no exterior.

Será tão difícil compreender essas vantagens? O controle da sociedade sobre essas empresas aumenta com a abertura e a transparência. O Estado continua sendo o poder concedente e fiscalizador. Se for necessário subsidiar serviços, isso pode ser feito diretamente às populações carentes, através de imposto de renda negativo.

Há uma vantagem adicional muito importante, do ponto de vista da dívida externa. Hoje pagamos spreads entre os mais altos do mundo, não apenas por causa de nossa atitude de considerar o FMI como um "espírito mau", mas porque o risco é muito alto. A maior parte de nossa dívida externa é das estatais, com aval do Tesouro. Ora, para o empreendedor estrangeiro, o risco é máximo, porque a estatal e o tesouro são no fundo a mesma coisa. Se a estatal não paga, o Tesouro não pode acioná-la, nem tirar-lhe a concessão do serviço público, que garante o empréstimo. Se a empresa for de capital aberto, mesmo com a participação do Estado, a situação muda e o empreendedor estrangeiro passa a ter mais garantia, menor risco. Portanto, o juro será menor.

Se fez sentido centralizar no Estado os serviços públicos nas últimas décadas, hoje certamente não faz mais. Como não faz sentido a manutenção de monopólios, sejam estatais ou privados, exceto em raros serviços onde não é viável a competição. O mundo todo caminha hoje na direção da abertura econômica. Da União Soviética e da China à Inglaterra, França e Alemanha, procura-se transferir para a iniciativa privada serviços, empresas e investimentos. No Brasil, lentamente também vamos seguindo esse caminho, apesar das leis restritivas.

É preciso, portanto, cuidar para que a Constituinte trabalhe na área econômica com a visão do futuro e não do passado.

Se temos que buscar exemplos de legislação, vamos buscá-los nos países do Primeiro Mundo. Precisamos e podemos ser uma economia aberta. Apesar dos políticos com visão do século passado que ainda existem entre nós. Este é o grande desafio.